



PROJETO DE LEI Nº 042, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024.

APROVADA

Data: 22/11/2024
3ª Sessão Extraordinária

Aprovado por _____ a _____

Presidente

Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo para pagamento com descontos, parcelados e/ou compensação de débitos, com precatórios do Município, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, tendo em vista o que dispõe o Art. 36 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o PREFEITO MUNICIPAL sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada, nos termos do disposto no inciso III do § 8º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, a celebração de acordos diretos com os credores de quaisquer espécies de precatórios da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Alto Araguaia - MT, cujos pagamentos dos débitos judiciais sejam objeto de cumprimento de sentença, observando-se a forma e as condições estabelecidas nesta Lei.

§ 1º Os acordos serão celebrados pela Procuradoria Jurídica do Município, em juízo de conciliação junto ao tribunal em que se originou o ofício requisitório ou, na impossibilidade, diretamente com o credor respectivo, seu sucessor ou cessionário.

§ 2º Será admitido fracionamento de precatório para fins de acordo, nos termos desta Lei, podendo, a composição do débito, parcelar o respectivo crédito.

§ 3º Nos acordos celebrados na forma desta Lei, deverá ser realizada compensação do crédito do precatório com débito líquido e certo inscrito em dívida ativa constituída contra o credor original, seu sucessor ou cessionário.

Art. 2º A realização de acordo direto com os credores de precatórios, por iniciativa do credor, dependerá de petição encaminhada pelo interessado ou seu procurador, mediante protocolo junto à Administração Pública, acompanhada das seguintes informações:

I – o valor do desconto a ser concedido ao Município para pagamento do débito, não podendo ser inferior a 20% (vinte por cento) do valor do precatório, em caso de parcelamento do pagamento;

II – o valor do desconto a ser concedido ao Município para pagamento do débito, não podendo ser inferior a 40% (quarenta por cento) do valor do precatório, em caso pagamento à vista;

III - o número de parcelas para pagamento de acordo, não poderá ser superior a 24 meses.

IV - prazo de carência para pagamento da primeira parcela, que não poderá ser inferior a 02 (dois) meses, a contar da homologação judicial do acordo;

V - dados de contato para a composição do acordo;



VI - dados da dívida ativa a ser compensada, se houver, e o valor devidamente atualizado até a data da celebração do acordo, nos termos do que dispõe a Lei que instituiu o Código Tributário Municipal, ainda que se trate de dívida ativa não tributária.

§ 1º Terão preferência/prioridade, para fins de acordo para pagamento do precatório devido pelo Município, os credores, titulares ou seus sucessores, que concederem maior desconto ou, em caso de descontos equivalentes, os precatórios relativos a débitos de natureza alimentícia cujos titulares sejam acometidos por doença grave, pessoa idosa e pessoa com deficiência, assim definidos na forma da lei.

§ 2º Os extratos das audiências conciliatórias referentes aos acordos diretos para pagamento de precatórios serão publicados em Diário Oficial.

§ 3º A negociação de que trata este artigo fica condicionada à disponibilidade financeira do município.

Art. 3º Na hipótese de o credor do precatório ceder, total ou parcialmente, seus créditos a terceiros, nos termos do § 13, do art. 100 da Constituição da República, o cessionário deverá comunicar a ocorrência, por meio de petição protocolizada, à entidade devedora e ao Tribunal de origem do ofício requisitório.

§ 1º A cessão do precatório somente produzirá efeitos após a comprovação, junto ao Tribunal de origem do ofício requisitório, de que a entidade devedora foi cientificada de sua ocorrência, na forma do caput deste artigo, ficando desobrigado, o Município, pelos órgãos da sua administração direta ou indireta, do pagamento de parcela feita ao titular do precatório em data anterior à comunicação.

§ 2º Sendo a preferência direito personalíssimo do idoso, com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, e do portador de doença grave, não poderá ser exercida pelo cessionário.

Art. 4º Para a realização da compensação de créditos de precatórios judiciais com débitos líquidos e certos inscritos ou não em dívida ativa, de que trata o § 3º do art. 1º, constituídos contra o credor original do precatório, seu sucessor ou cessionário, deverão ser observadas as seguintes condições, sem prejuízo de outras que sejam estabelecidas em regulamento do Poder Executivo:

I - o sujeito passivo do crédito do Município, e/ou seu representante legal, assinará termo de confissão de dívida e renúncia expressa e irrevogável sobre eventuais direitos decorrentes do objeto de acordo, na via administrativa ou judicial, e termo de quitação dos precatórios compensados, para fins de juntada e homologação nos respectivos processos judiciais e administrativos;

II - o credor do precatório efetuará o pagamento prévio dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, bem como das despesas e custas processuais, que não serão abrangidos pela compensação;

III - se o valor atualizado do crédito do Município for superior ao valor atualizado do precatório, será efetuado o pagamento do débito remanescente pelo credor do precatório, à vista ou na forma da legislação local sobre parcelamento de débitos;



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA
CNPJ: 03.579.836/0001-80

IV - se o valor do crédito apresentado pelo credor do precatório para compensação for superior ao débito que pretende liquidar, o precatório respectivo prosseguirá para a cobrança do saldo remanescente, mantida a sua posição na ordem cronológica;

V - que não tenha havido o pagamento do precatório ou da parcela a ser compensada.

§ 1º A extinção do débito contra o credor do precatório a ser compensado só terá efeito após a comprovação do cumprimento dos requisitos para a compensação e do pagamento das despesas processuais.

§ 2º Na hipótese do inciso IV deste artigo, a compensação importará em renúncia, pelo credor do precatório, do direito de discutir qualquer eventual diferença relativa à parte quitada e ao montante do crédito remanescente apurado quando da formalização do acordo de compensação.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, em especial para determinar as condições para a compensação dos débitos.

Parágrafo único. A compensação do crédito principal não abrangerá o valor dos honorários sucumbenciais constantes do precatório, devidos ao advogado, nem o crédito dos honorários contratuais, quando destacados do montante da condenação por decisão judicial.

Art. 6º Na hipótese de crédito constante de precatório contra entidade da administração indireta, a sua utilização para os fins desta Lei implicará a sub-rogação, pelo Município, nos direitos e deveres do credor.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia - MT, 21 de novembro de 2024.

GUSTAVO DE MELO Assinado de forma digital por GUSTAVO
ANICEZIO:70930449134 DE MELO ANICEZIO:70930449134
Dados: 2024.11.21 07:54:07 -04'00'
GUSTAVO DE MELO ANICÉZIO
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA
Projeto de Lei nº 042/2024

Senhores vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo para pagamento com descontos, parcelados e/ou compensação de débitos, com precatórios do Município, e dá outras providências.

A medida visa a regulamentação de medida já prevista na Constituição Federal, estando regulamentada pela Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça.

O projeto apresentado tem por objetivo proporcionar mais uma opção para que o município possa honrar com obrigações assumidas por meio de condenação judicial ao pagamento de valores que superem o limite das requisições de pequeno valor, originando assim os precatórios.

Um precatório, deve obedecer a uma fila de pagamento que respeita a ordem cronológica de emissão, ressalvados os direitos prioritários das pessoas maiores de sessenta anos bem como as portadoras de doença grave.

A presente proposta, nos moldes previstos na Constituição Federal e Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, proporcionará a realização de negociações junto ao município que permitirão a composição de acordos, para pagamento parcelado da dívida.

Possibilitará ainda a negociação de créditos de precatórios com terceiros que poderão utilizar tais créditos para compensação de outros débitos constituídos junto ao município.

Tais opções não constituem uma imposição a credor, servem apenas como mais uma opção benéfica tanto ao município que poderá compensar tais débitos promovendo a redução da dívida ativa hoje existente, promovendo ainda a quitação dos débitos de precatórios. Beneficia ainda o credor que de acordo com suas necessidades poderá avaliar a utilização deste instrumento, possibilitando o recebimento.

Com essas considerações, encaminho o presente projeto para análise e deliberação desta Casa de Leis.

Alto Araguaia – MT, 21 de novembro de 2024.

GUSTAVO DE MELO Assinado de forma digital por GUSTAVO
ANICEZIO:70930449134 DE MELO ANICEZIO 70930449134
GUSTAVO DE MELO ANICEZIO Dados: 2024.11.21 07:54:29,-04'00'
Prefeito Municipal